

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
LICITAÇÃO
FIOCRUZ - BIOMANGUINHOS

(Processo Administrativo nº 25386.000053/2026-11)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de **serviços contínuos de especializados para operacionalização logística de transporte rodoviário de carga seca, carga climatizada 20±5°C, refrigerado 5±3°C e congelado -20±5°C, coleta e entrega em todo território nacional (porta a porta) de vacinas, biofarmacos, reativos e insumos farmacêuticos e correlatos de interesse do Ministério da Saúde**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação do serviço especializado para operacionalização logística de transporte de vacinas, Biofarmacos, Reativos e insumos correlatos no modal rodoviário.	Serviço	01	R\$ 27.503.525,01	R\$ 27.503.525,01

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como *continuado tendo em vista que a execução do serviço de transporte rodoviário constitui condição crítica para a continuidade das ações finalísticas do Ministério da Saúde, exigindo planejamento, capacidade técnica, conformidade regulatória e desempenho operacional compatíveis com a complexidade da demanda, de modo a mitigar riscos logísticos, sanitários e de descontinuidade, em estrita observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público, nos termos da legislação vigente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar;*

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **última assinatura constante no contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A descrição da solução como um todo, conforme evidenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço logística de transporte modal rodoviário de carga seca, carga climatizada 20±5°C, refrigerado 5±3°C e congelado-20±5°C, coleta e entrega em todo território nacional (porta a porta) com fornecimento de todos os equipamentos necessários para movimentação de carga no campus Biomangueiros, bem como em todo o território nacional, proporcionando maior segurança sanitária, objetivando garantir o cumprimento dos compromissos firmados juntos ao Ministério da Saúde, OMS, UNICEF e OPAS.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Redução de emissões atmosféricas, por meio de:

- a) Utilização de veículos com menor nível de emissão de poluentes;
- b) Atendimento aos limites do PROCONVE, quando aplicável;
- c) Adoção de combustíveis menos poluentes ou misturas com maior teor de biocombustível;

Critério ambiental – veículos de circulação interna no campus:

4.1.2 Para as atividades de circulação interna no campus, caracterizadas por trajetos curtos, rotas pré-definidas e operação em ambiente controlado, a execução do serviço **deverá** ocorrer, **preferencialmente**, com veículos elétricos, sendo admitida a exigência de utilização **obrigatória** dessa tecnologia, em razão do menor impacto ambiental, da redução de ruídos e da inexistência de prejuízo à competitividade, desde que mantida a possibilidade de utilização de soluções tecnológicas equivalentes de emissão zero, quando comprovada a compatibilidade técnica.

4.1.3 Os veículos destinados exclusivamente à circulação interna no campus **deverão ser elétricos ou de emissão zero**, considerando-se o ambiente controlado, os percursos curtos e a infraestrutura disponível, sem prejuízo à competitividade do certame.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual,

podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total da contratação**.

4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.10.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é **facultativa e importante** para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09 horas às 16 horas**.

4.21. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22.1 O agendamento deverá ser feito com antecedência mínima de 24 horas, no horário de 09:00h às 12:00h e de 13:00h às 16:00h, pelos telefones (21) 3882-9558, (21) 3882-9512 ou (21) 3882-9527, contato com Sr. Mauro Ricardo Moreira dos Santos ou Marlos Bittencourt, ou pelos e-mails mricardo@bio.fiocruz.br e marlos.silva@bio.fiocruz.br;

4.22.2 Durante a vistoria, poderão ser fornecidas informações detalhadas sobre o objeto da licitação, em mídia compatível, para auxiliar na elaboração da proposta.

4.22.3 A não realização da vistoria não exime o licitante da responsabilidade por qualquer desconhecimento das condições locais ou instalações, devendo assumir integralmente os ônus decorrentes da execução do serviço.

4.23. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Outros Requisitos:

4.24.1 Manutenção preventiva periódica da frota, realizada conforme as recomendações do fabricante dos veículos, com vistas à eficiência energética, à redução de emissões de poluentes e à prevenção de falhas mecânicas.

4.24.2 Plano de manutenção preventiva formal, com cronograma definido e registros atualizados das intervenções realizadas, disponível para fiscalização da contratante quando solicitado.

4.24.3 Controle das condições ambientais dos veículos, incluindo verificação regular dos sistemas de escapamento, alimentação, lubrificação e filtragem, de modo a evitar emissões excessivas de poluentes e ruídos.

4.24.4 Uso racional de insumos, com utilização de lubrificantes, fluidos e peças compatíveis com as especificações técnicas dos fabricantes, evitando desperdícios e vazamentos.

4.24.5 Gestão ambientalmente adequada dos resíduos gerados, especialmente óleos lubrificantes usados, filtros, estopas, embalagens contaminadas e pneus inservíveis, assegurando coleta, armazenamento e destinação final em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.24.6 Conservação da frota, com práticas que contribuam para o aumento da vida útil dos veículos e a redução do consumo de combustível, incluindo a manutenção adequada de pneus (calibragem, alinhamento e balanceamento).

4.24.7 Adoção de procedimentos operacionais padronizados, visando à padronização das rotinas de manutenção preventiva e à mitigação de impactos ambientais decorrentes da operação dos veículos.

4.24.8 Utilização de veículos elétricos como critério de sustentabilidade

4.24.9 Será considerado critério de sustentabilidade, para fins de promoção de boas práticas ambientais, a utilização, total ou parcial, de veículos elétricos ou híbridos na execução do serviço, em razão da redução de emissões de poluentes atmosféricos, de gases de efeito estufa e de ruídos, desde que compatível com as condições operacionais, a infraestrutura disponível e a viabilidade técnica.

Capacidade Técnica

4.24.10 O licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contratos de serviços de transporte rodoviário refrigerado continuados em quantidades compatíveis com o objeto deste certame.

4.24.11 Será aceito o somatório de atestados, desde que referentes a contratos executados concomitantemente.

Registro e Autorizações Obrigatórias

4.24.12 Encerrada a fase de julgamento das propostas, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado provisoriamente vencedor, ficando o procedimento suspenso para apresentação e análise da documentação de habilitação.

4.24.13 A documentação apresentada será analisada quanto à sua regularidade, validade e conformidade com as exigências legais e editalícias. Constatada a regularidade, o licitante será habilitado, com o consequente prosseguimento do certame.

4.24.14 Verificada a inabilitação, em razão de documentação irregular, incompleta ou em desacordo com as exigências, o licitante será inabilitado, sendo convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação, para apresentação e análise da documentação, repetindo-se o procedimento até a obtenção de licitante habilitado.

4.24.15 O presente procedimento observa o disposto nos arts. 17, 62, 63 e 64 da Lei nº 14.133/2021.

a) RNTRC – Registro Nacional de Transportador Rodoviário de Carga Órgão emissor: ANTT Base legal: Lei nº 11.442/2007, Art. 2º; Resolução ANTT nº 5.998/22

b) Autorização especial, licença e/ou certificado da ANVISA Para transporte de medicamentos, imunobiológicos, insumos farmacêuticos e correlatos. Base legal: RDC ANVISA nº 430/2020; AFE e AE conforme RDC nº 301/2019, arts. 2º e 50 da Lei nº 6.360/1976; art. 2º do Decreto nº 8.077/2013

c) Licença para transporte de produtos controlados Órgão emissor: Exército Brasileiro e/ou Polícia Federal Base legal: Decreto nº 9.493/2018; Lei nº 10.357/2001, art. 4º

d) Licença ambiental para transporte de produtos perigosos Órgão emissor: IBAMA Base legal: Lei nº 6.938/1981, art. 17, II; IN IBAMA nº 05/2012; Lei Complementar nº 140/2011, art. 7º, XXV combinado com art. 18

e) Licenças estaduais ou municipais Para transporte de produtos perigosos quando exigido pela legislação local. Exemplo: INEA-RJ, CETESB-SP

Veículos

O licitante deverá apresentar:

a) Certificados de inspeção veicular CIV – Certificado de Inspeção Veicular (Portaria 457/2008, RTQ-5, INMETRO), CIPP – Certificado de Inspeção para Transporte de Produtos Perigosos (Portaria 204/2011, INMETRO)

b) Plano de manutenção preventiva Para no mínimo 2 veículos

c) Qualificação térmica sazonal (Verão e inverno), Climatizada: 20±5°C, Refrigerada: 5±3°C, Congelada: -20±5°C, Conforme IN nº 47/2019 e Guia ANVISA 2017

d) Plano de assepsia e sanitização, Conforme Guia ANVISA nº 02/2015 – Versão 1

Recursos Humanos

O licitante deverá comprovar:

a) Motoristas com curso MOPP Base legal: Resolução CONTRAN nº 168/04, art. 15

b) Farmacêutico responsável técnico Vínculo mínimo: 6 meses, Registro ativo no CRF ou CFF Base legal: RDC nº 257/2018, art. 13.

Requisitos Técnicos da Infraestrutura de Recarga para Caminhões Elétricos

4.24.16 A infraestrutura de recarga a ser fornecida deverá ser compatível com a operação da frota de caminhões elétricos destinados às atividades logísticas no Campus Biomangueiros, considerando a capacidade de armazenamento energético dos veículos, a potência máxima de recarga permitida pelos fabricantes, os perfis operacionais da frota e os tempos necessários de recarga para garantir a continuidade das operações.

4.24.17 As estações de recarga deverão possuir no mínimo dois conectores no padrão CCS-2, permitindo a recarga simultânea de veículos, observando o padrão predominante no território nacional e a compatibilidade com os caminhões elétricos especificados neste Termo de Referência.

4.24.18 Os equipamentos deverão dispor de sistema inteligente de controle e gerenciamento de potência (automação), capaz de distribuir dinamicamente a carga elétrica entre os pontos de recarga, respeitando os limites da infraestrutura elétrica instalada e possibilitando a expansão futura do sistema, em conformidade com a ABNT NBR 17019, ou norma que venha a substituí-la.

4.24.19 As estações de recarga deverão suportar corrente de saída igual ou superior a 300 A, com cabos e conectores adequadamente dimensionados, garantindo eficiência e segurança no processo de recarga.

4.24.20 Deverão ser priorizadas estações de recarga de alta potência, preferencialmente com capacidade nominal de até 240 kW, admitindo-se como requisito mínimo equipamentos de 180 kW, visando a redução do tempo de recarga e a maximização da disponibilidade operacional da frota.

4.24.21 Os equipamentos deverão possuir fornecimento assegurado de peças de reposição no mercado nacional, bem como assistência técnica disponível no Brasil, sendo desejável que o fabricante ou representante legal possua estrutura técnica instalada no país, garantindo a continuidade operacional após o período de garantia.

4.24.22 O serviço possui natureza continuada, influenciando diretamente a execução das funções da instituição; sua interrupção pode comprometer os objetivos institucionais.

4.24.23 Todos os certificados, autorizações, licenças e documentos devem estar válidos na data de abertura da licitação. A não apresentação de quaisquer dos itens obrigatórios impede a assinatura do contrato, mesmo que o licitante tenha vencido. A não apresentação de quaisquer de um dos itens originais ou cópias autenticadas mencionadas acima impede que seja estabelecido contrato entre as partes, mesmo que o licitante tenha vencido o certame, deste modo será desclassificada e assim convocaremos a próxima prevista no edital e /ou até que seja possível estabelecer contrato atendendo as exigências legais previstas com uma das participantes do certame.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: 5 dias da assinatura do contrato.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3 *Os serviços serão executados Diariamente;*

5.1.4 A contratada deverá atender uma solicitação de transporte em até 24 horas dentro do horário previsto de execução do contrato.

5.1.5 O serviço será executado preferencialmente no horário de 06h às 22h de segunda-feira a sexta-feira, podendo ser flexibilizado o horário de início e final conforme solicitado por Bio-Manguinhos, através do fiscal do contrato ou quem este designar, desde que não ultrapasse às 12h diárias previstas.

5.1.6 Eventuais mudanças de horários de início e término das atividades deverão ser solicitadas pelo fiscal do contrato ou quem este designar, à empresa contratada com antecedência de 48h.

5.1.7 Serviços solicitados fora deste horário serão comunicados por Bio-Manguinhos com antecedência mínima de 24 (vinte quatro) hora podendo esta solicitação incluir dias úteis, finais de semana e feirados, não podendo ser acrescido taxa ou mora pelo serviço realizado fora do horário comercial.

5.1.8 Os serviços a serem contratados compreendem, basicamente, transporte de cargas secas, refrigeradas e congeladas, ponto a ponto, considerando a utilização de mão-de-obra de 1 (um) motorista e 2 (dois) ajudantes por caminhão, por um período diário de 10 horas. Devendo a empresa contratada informar mensalmente à Bio-Manguinhos a relação de motoristas e ajudantes que prestarão os devidos serviços.

5.1.9 A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos e insumos necessários à perfeita realização do serviço, devendo os equipamentos estar em perfeitas condições de uso e os insumos devem ser os certificados pela legislação em vigor. A utilização deste equipamentos e insumos deve ser de acordo com a demanda do serviço solicitado por Bio-manguinhos/FICRUZ.

5.1.10 A contratada deverá, com fins de execução dos serviços, possuir em sua frota os veículos com as seguintes especificações:

5.1.11 Veículo Baú Refrigerado de 7 metros ou 8 metros ou 13 metros e outros de acordo com o material a ser transportado. Todos os veículos com plataforma.

5.1.12 Veículo Baú Isotérmico de 7 metros ou 8 metros ou 13 metros e outros de acordo com o material a ser transportado. Todos os veículos com plataforma.

5.1.13 Pick up refrigerada para pequenos materiais.

5.1.14 Os baús refrigerados devem ser capazes de alcançar e manter faixas de temperaturas de $-20\pm5^{\circ}\text{C}$, $5\pm3^{\circ}\text{C}$ e $20\pm5^{\circ}\text{C}$ e possuir as suas respectivas qualificações.

5.1.15 Obs.: Faz-se necessário a utilização de veículos com baú isotérmico devido a fragilidade dos produtos a altas temperaturas.

5.1.16 Todos os veículos devem possuir um equipamento de movimentação de cargas de acordo com a carga a ser transportada (paleteiras e outros), podendo ser mais mediante solicitação de Bio-manguinhos.

5.1.17 Todos os veículos devem ter no seu interior sistema de travamento de cargas (varões, redes, telas e outros).

5.1.18 Todos os veículos devem ter no mínimo três registradores de temperatura que gerem relatórios e gráficos com baixa de dados através de conexão USB.

5.1.19 Todos veículos deverão estar identificados com etiquetas adesivas nas cores azul e vermelho os pontos críticos definidos no mapeamento térmico como ponto mais quente (Adesivo Vermelho), ponto mais frio (adesivo azul).

5.1.20 Os veículos não poderão pernoitar nas dependências de Biomanguinhos, salvo com autorização do fiscal do contrato quando este entender necessário para execução de alguma atividade prioritária.

5.1.21 As manutenções preventivas, deverão ser realizadas preferencialmente nos finais de semana, para que o veículo esteja disponível à Bio-Manguinhos dentro do horário previsto (durante a semana), caso não seja possível será necessário a utilização de outro veículo com iguais condições, no que tange as licenças e qualificações garantindo assim a mesma qualidade do serviço prestado.

5.1.22 A empresa contratada deverá informar mensalmente a relação dos motoristas e ajudantes que prestarão serviços à Bio-Manguinhos.

5.1.23 As atividades dos ajudantes compreendem. Em carregar, descarregar, efetuar movimentações de materiais e entregas internas e externas.

5.1.24 A contratada deverá realizar qualificações sazonais atendendo a Instrução Normativa IN Nº. 47, de 21 de agosto de 2019 e Guia para a qualificação de transporte dos produtos biológicos vigente de 12 de abril de 2017, nas estações extremas do ano (verão/inverno) podendo ser realizadas entre Dezembro e Março (Verão) e Junho e setembro (inverno), Conforme modelo (Anexo B) ou com conteúdo previsto em orientação

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados prioritariamente, no endereço Av. Brasil, nº 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21040-900, nas dependências da Unidade de Bio-Manguinhos / Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos / Fiocruz;

5.2.1 As coletas e entregas poderão, ainda, ser realizadas em portos, aeroportos e demais localidades situadas em todo o território nacional, conforme a necessidade da Administração

5.2.2 Os serviços serão prestados nas dependências do CAMPUS, bem como em todo o território nacional, em razão da natureza do serviço, transporte no modal rodoviário, conforme a demanda e as necessidades operacionais da instituição.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1 O serviço será executado preferencialmente no horário de 06h às 22h de segunda-feira a sexta-feira, podendo ser flexibilizado o horário de início e final conforme solicitado por Bio-Manguinhos, através do fiscal do contrato ou quem este designar, desde que não ultrapasse às 12h diárias previstas.

5.3.2 Eventuais mudanças de horários de início e término das atividades deverão ser solicitadas pelo fiscal do contrato ou quem este designar, à empresa contratada com antecedência de 48h.

5.3.3 Serviços solicitados fora deste horário serão comunicados por Bio-Manguinhos com antecedência mínima de 24 (vinte quatro) horas podendo esta solicitação incluir dias úteis, finais de semana e feriados, não podendo ser acrescido taxa ou mora pelo serviço realizado fora do horário comercial.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

5.4.1. Os serviços a serem contratados compreendem, basicamente, transporte de cargas secas, refrigeradas e congeladas, ponto a ponto, considerando a utilização de mão-de-obra de 1 (um) motorista e 2 (dois) ajudantes por caminhão, por um período diário de 10 horas. Devendo a empresa contratada informar mensalmente à Bio-Manguinhos a relação de motoristas e ajudantes que prestarão os devidos serviços. A Contratada deverá fornecer todos os equipamentos e insumos necessários à perfeita

realização do serviço, devendo os equipamentos estar em perfeitas condições de uso e os insumos devem ser os certificados pela legislação em vigor. A utilização destes equipamentos e insumos deve ser de acordo com a demanda do serviço solicitado por Bio-manguinhos/FICRUZ

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. A contratada deverá para fins de execução dos serviços, possuir em sua frota os veículos com as seguintes especificações:

5.5.1.1. Veículo Baú Refrigerado de 7 metros ou 8 metros ou 13 metros e outros de acordo com o material a ser transportado. Todos os veículos com plataforma.

5.5.1.2. Veículo Baú Isotérmico de 7 metros ou 8 metros ou 13 metros e outros de acordo com o material a ser transportado. Todos os veículos com plataforma.

5.5.1.3. Caminhão Elétrico – FUSO Next Generation eCanter 8.55 t ou semelhante com autonomia de até 200 km, com baú refrigerado de $5\pm 3^{\circ}\text{C}$ e $20\pm 5^{\circ}\text{C}$ e possuir as suas respectivas qualificações.

5.5.1.4. Os baús refrigerados devem ser capazes de alcançar e manter faixas de temperaturas de $-20\pm 5^{\circ}\text{C}$, $5\pm 3^{\circ}\text{C}$ e $20\pm 5^{\circ}\text{C}$ e possuir as suas respectivas qualificações.

5.5.1.5. Se faz necessário a utilização de veículos com baú isotérmico devido a fragilidade dos produtos a altas temperaturas.

5.6. Todos os veículos devem possuir:

5.6.1. um equipamento de movimentação de cargas de acordo com a carga a ser transportada (paleteiras e outros), podendo ser necessário equipamentos adicionais mediante solicitação de Bio-manguinhos.

5.6.2. no seu interior sistema de travamento de cargas (varões, redes, telas e outros).

5.6.3. no mínimo três registradores de temperatura que gerem relatórios e gráficos com baixa de dados através de conexão USB.

5.7. Todos os veículos deverão estar identificados com etiquetas adesivas nas cores azul e vermelho os pontos críticos definidos no mapeamento térmico como ponto mais quente (Adesivo Vermelho), ponto mais frio (adesivo azul).

5.8. Os veículos não poderão pernoitar nas dependências de Biomanguinhos, salvo com autorização do fiscal do contrato quando este entender necessário para execução de alguma atividade prioritária.

5.9. As manutenções preventivas, deverão ser realizadas preferencialmente nos finais de semana, para que o veículo esteja disponível à Bio-Manguinhos dentro do horário previsto (durante a semana), caso não seja possível será necessário a utilização de outro veículo com iguais condições, no que tange as licenças e qualificações garantindo assim a mesma qualidade do serviço prestado.

5.10. As atividades dos ajudantes compreendem: carregar, descarregar, efetuar movimentações de materiais e entregas internas e externas.

5.11. A contratada deverá realizar qualificações sazonais atendendo a Instrução Normativa IN Nº. 47, de 21 de agosto de 2019 e Guia para a qualificação de transporte dos produtos biológicos vigente de 12 de abril de 2017, nas estações extremas do ano (verão/inverno) podendo ser realizadas entre Dezembro e Março (Verão) e Junho e setembro (inverno), Conforme modelo (Anexo B) ou com conteúdo previsto em orientação

Modo de Execução da Infraestrutura de Recarga

5.12. A contratada será responsável pelo fornecimento, instalação, integração, comissionamento e testes operacionais das estações de recarga destinadas aos caminhões elétricos, garantindo plena compatibilidade com os veículos fornecidos e com a infraestrutura elétrica existente no Campus Biomanguinhos.

5.13. A implantação da infraestrutura deverá observar as normas técnicas aplicáveis, as boas práticas de engenharia elétrica e os requisitos de segurança operacional, assegurando o correto funcionamento do sistema de gerenciamento de potência e a adequada distribuição da carga elétrica.

5.14. Após a instalação, a contratada deverá realizar testes de funcionamento, validação técnica e entrega assistida, garantindo que as estações estejam plenamente operacionais e aptas ao uso contínuo da frota.

5.15. Deverá ser fornecida orientação técnica básica e documentação operacional, incluindo manuais, diagramas e especificações dos equipamentos instalados.

Diretrizes de gerenciamento de risco

5.16. Normas e procedimentos de Gerenciamento de Riscos que devem ser aplicados nos transportes dos trechos rodoviários de cargas de Biomanguinhos que consistem nos trechos BioManguinhos ao cliente final:

5.16.1. A idade máxima permitida para a utilização de veículos, inclusive Cavalo e Carreta, de frotas e agregados será de no máximo 10 anos.

5.17. A contratada é responsável por manter a manutenção regular dos veículos utilizado na operação de transporte dos produtos de Biomanguinhos, enviando mensalmente o relatório de manutenção dos veículos da frota.

5.18. Os motoristas que transportam ou coletam os produtos de Bio-manguinhos deverão ter no mínimo três meses de contrato com a contratada antes do primeiro embarque. A comprovação através do contrato será solicitada caso ocorra um sinistro ou aleatoriamente conforme exigência de Bio Manguinhos do seu gestor de riscos ou fiscal de contrato.

5.18.1. A exigência de que os motoristas possuam, no mínimo, três meses de vínculo contratual com a contratada antes do primeiro embarque justifica-se em razão da criticidade e do alto valor dos produtos transportados, cuja eventual perda, desvio ou avaria pode ocasionar impactos diretos à saúde pública, incluindo a interrupção de tratamentos e riscos à vida de pacientes. O referido requisito visa assegurar que os profissionais já tenham sido submetidos a processos mínimos de integração, capacitação e avaliação interna, reduzindo riscos operacionais e aumentando a confiabilidade da execução do serviço, mostrando-se medida razoável, proporcional e alinhada à mitigação de riscos inerentes à atividade logística sensível.

5.19. Em nenhuma hipótese será permitida a utilização de motoristas autônomos ou carreteiros na operação.

5.20. É obrigatório que os motoristas, ajudantes e demais empregados do transportador, bem como de seus prestadores de serviços diretamente envolvidos na operação de transporte, sejam submetidos à verificação cadastral e funcional, a ser realizada previamente ao início das atividades, a cada 12 (doze) meses e a cada nova contratação, limitada aos seguintes aspectos:

- a) Identificação civil, mediante apresentação de documento oficial válido;
- b) Regularidade da habilitação profissional, incluindo a verificação da CNH compatível com a função, sua validade e inexistência de suspensão ou cassação, junto aos órgãos competentes;
- c) Comprovação de capacitação e treinamentos obrigatórios, quando aplicáveis, inclusive cursos legalmente exigidos para a atividade;

d) Verificação de antecedentes criminais, restrita à apresentação de certidões negativas da Justiça Federal e Estadual, observada a pertinência com a natureza da atividade exercida e o princípio da não discriminação;

Justificativa: A exigência de verificação cadastral e funcional prévia, periódica e por ocasião de novas contratações justifica-se pela criticidade, sensibilidade e alto valor dos produtos transportados, cujos desvios, perdas ou manuseio inadequado podem gerar impactos relevantes à saúde pública, incluindo a descontinuidade de tratamentos essenciais. A medida visa assegurar que todos os profissionais envolvidos na operação atendam aos requisitos mínimos de idoneidade, regularidade documental, qualificação técnica e vínculo formal, reduzindo riscos operacionais, legais e de segurança, além de fortalecer a rastreabilidade e a confiabilidade da cadeia logística. Ressalta-se que os critérios estabelecidos observam os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e não discriminação, limitando-se a verificações pertinentes à natureza da atividade, em conformidade com as boas práticas de gestão de riscos e proteção do interesse público.

e) Comprovação de vínculo empregatício ou contratual com a empresa contratada ou subcontratada, bem como declaração de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

5.21. O tratamento das informações observará, em todos os casos, os princípios da finalidade, necessidade, adequação e segurança, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), sendo vedada a utilização dos dados para finalidades diversas da execução contratual.

5.22. Somente poderão ser utilizados os funcionários que estejam com risco coberto pelo gerenciador de risco da contratada devendo ser apresentada para início da atividade, podendo ser desqualificado ou desabilitada caso haja falta de comprovação.

5.23. Estarão dispensados de consulta prévia os motoristas e ajudantes empregados do transportador, quando dirigindo veículos integrantes de sua frota própria, desde que tenham sido previamente pesquisados, estejam com risco coberto e tenham seus dados revalidados a cada doze meses. demanda do órgão tem como base as seguintes características:

Itens Obrigatórios	Até R\$ 50.000,00	De R\$ 50.000,01 até R\$ 100.000,00	Acima de R\$ 100.000,00
Cadastro do Motorista frota, contrato ou agregado no sistema de monitoramento ou Gerenciamento de Risco da contratada devidamente comprovado.	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Monitoramento do veículos	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Botão de pânico nos veículos	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Localizador móvel com serviço de Pronto resposta e RF e outros	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Travas Eletrônicas (Fechamento na após coleta e abertura apenas com autorização do Gerenciador de Risco da contratada).	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Isca Descartável	Opicional	Opicional	Obrigatório
Pernoite em filial da contratada ou base da contrata e/ou agregada	Quando liberada pelo gerenciador de risco da contratada devidamente comprovada	Quando liberada pelo gerenciador de risco da contratada devidamente comprovada	Proibido
Pernoite Parada em residência, carona ou posto não determinados pelo gerenciador de risco da contratada.	Proibido	Proibido	Proibido
Escolta Armada	Na ausência de algum item de segurança acima , Obrigatório no percurso integral.	De acordo com análise da Gerenciadora de risco da contratada . Na ausência de algum item de segurança acima , Obrigatório no percurso integral.	De acordo com análise da Gerenciadora de risco da contratada . Na ausência de algum item de segurança acima , Obrigatório no percurso integral.

5.24. Cargas acima de R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de Reais) deverá ainda seguir o critério abaixo:

5.24.1. Utilizar motorista funcionário do transportador com contrato e cadastro de frota ativo no Gerenciamento de risco da contratada;

5.24.2. Obrigatória utilização de escolta armada percurso integral, quando a viagem for em comboio, utilizar duas escoltas armadas em percurso integral sendo uma abrindo e outro fechando o comboio;

5.24.2.1. A previsão de escolta armada nos subitens 5.23 e 5.24.2 justifica-se em razão da elevada criticidade, alto valor agregado e sensibilidade sanitária dos produtos transportados, os quais, em caso de sinistro, roubo ou desvio, podem ocasionar desabastecimento e impactos diretos à saúde pública. Trata-se de medida adicional de mitigação de riscos, especialmente em rotas e contextos logísticos com maior exposição a ocorrências de segurança, visando garantir a integridade da carga e a continuidade dos serviços essenciais. A exigência encontra respaldo no ordenamento jurídico, em especial na Lei nº 7.102/1983 e normas correlatas que regulamentam a atividade de segurança privada, bem como nas diretrizes de gestão de riscos aplicáveis à Administração Pública, mostrando-

se razoável, proporcional e adequada à natureza da contratação, desde que executada por empresa devidamente autorizada pelos órgãos competentes.

Ademais, é imperativo considerar o cenário de insegurança pública que permeia as operações logísticas, com especial atenção ao alto índice de roubo de cargas no Estado e na cidade do Rio de Janeiro. Estatísticas oficiais do Instituto de Segurança Pública (ISP-RJ), disponível em: <https://www.ispdados.rj.gov.br/estatistica.html>, demonstram que a região metropolitana concentra áreas críticas de recorrente incidência criminal contra o transporte rodoviário.

Nesse contexto, a localização estratégica da unidade de origem — o Campus da Fiocruz em Manguinhos — exige atenção redobrada, dado o seu entorno estar situado em perímetros urbanos de alta vulnerabilidade logística. A incidência de roubos de carga nas vias de acesso e adjacências do campus não apenas coloca em risco o patrimônio público de altíssimo valor agregado, mas ameaça a própria circulação de insumos vitais para o Sistema Único de Saúde (SUS). Portanto, a exigência de escolta armada para o percurso integral, incluindo a modalidade em comboio, configura-se como uma barreira de segurança indispensável para dissuadir ações criminosas e garantir que produtos termoe estáveis e imunobiológicos cheguem ao destino final sem interrupções que comprometam sua eficácia terapêutica ou o cronograma nacional de imunização

5.24.3. Fixar o FPP Frequência do Pedido de Posição em 5 minutos;

5.24.4. Seguir a viagem direta até o destino sem paradas, sem infringir a lei do motorista vigente;

5.24.5. O veículo transportador deve estar equipado com a tecnologia de rastreamento (secundária ou complementar) com as seguintes comunicações:

5.24.6. Comunicação híbrida (satélite e celular GPRS/GSM) ou celular (GPRS/GSM); e Comunicação por rádio frequência (RF)

5.24.7. Este sistema deve permitir sua localização pelo serviço de Pronto Resposta por intermédio do sinal de GPRS ou Rádio Frequência.

5.24.8. O Gerenciamento de risco deverá efetuar a liberação de até R\$ 16.000.000,00 (Dezesseis milhões de reais) por embarque e/ou veículo.

5.25. Apontamos aqui algumas diretrizes essenciais e imprescindíveis para o gerenciamento de risco, mas a contratada poderá sugerir e acrescentar como o de acordo do fiscal do contrato e/ou seu gestor, o que entender pertinente de parâmetros e exigência que possa aumentar a confiabilidade e deste modo a garantir a integridade dos produtos a ser transportados, bem como a proteção da marca Bio-manguinhos/FIOCRUZ.

Diretrizes para operacionais.

5.26. A execução dos serviços terá como início uma Solicitação de Bio-Manguinhos à empresa contratada, na qual deverão constar todas as informações necessárias para realização dos serviços, tais como: local de coleta, local de destino, identificação do carga, material e/ou máquina, peso, dimensão, embalagem, volume, valor, prazos necessários para a execução dos serviços.

5.27. A contratada deverá disponibilizar 3 aparelhos telefônicos com linhas ativas ou outro qualquer instrumento de comunicação para que seja solicitados as coletas e entregas e para que seja o canal de comunicação rápida com os responsáveis pela expedição dos produtos por Bio-manhuinhos/FIOCRUZ. As linhas podem ser bloqueadas e/ou programadas para apenas estabelecer contato com os responsáveis da contratada capaz de solucionar quaisquer problemas dentro do horário de expediente, após expediente bem como em finais de semanas e feriados.

5.28. Contratada deverá emitir os CT-e conhecimentos de transporte rodoviário em Bio-manguinhos/FIOCRUZ e deste modo deixar uma cópia deste conhecimento no ato da coleta com o responsável pela expedição.

5.29. Fica vedado transportar material biológico humano, insumos farmacêuticos, imunobiológicos, fármacos e correlatos com cargas que não possuam a mesma características.

5.30. Emissão CT-e- Conhecimento de transporte eletrônico, de maneira que Bio-manguinhos/FIOCRUZ se faça conhecedora do valor do frete a ser efetuado;

5.31. Emissão de relatório de CTC-e – Conhecimento de transporte rodoviário de carga, entregues, pendentes de entrega, desempenho de entrega, demonstrativo de serviços prestados (mensais, semanais e anual) e estatística de entrega.

5.32. Rastreamento on-line (Via a web e/ou outra ferramenta semelhante).

5.33. Não será permitido a agrupamento de carga de outros clientes na frota a ser utilizada por Bio-manguinhos/FIOCRUZ, durante a prestação dos serviços contratados. Toda a carga a ser transportada de Bio-manguinhos deve ser realizado em veículos dedicados/exclusivos.

5.34. Não é permitido agrupamento de cargas de Bio-manguinhos/FIOCRUZ dentro dos veículos dedicados/exclusivos, salvo se solicitado.

5.35. É responsabilidade da CONTRATADA manter todos os funcionários lotados nas operações dedicadas devidamente treinados nos **DI's (POP, Its e Outros)** referente as respectivas atividades exercidas, além de manter o registro destes treinamentos em mãos.

5.36. É responsabilidade da CONTRATADA solicitar treinamentos a Bio-Manguinhos/FIOCRUZ para os novos funcionários a ser lotados nas operações dedicadas. Não permitindo nenhuma atividade sem o devido registro do treinamento em mãos.

5.37. A CONTRATADA é responsável por manter a integridade da carga até o seu destino final, assegurando durante o trecho de transporte (origem X destino) a integridade e segurança da mesma utilizando-se rastreamento do veículo até a consumação da entrega.

5.38. A contratada somente poderá armazenar temporariamente as cargas controladas pelo Exército caso a mesma detenha a autorização conforme: Artigo 1 da lei n.º 10.357, De 27 de Dezembro de 2001

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.39. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.39.1. Abrangência geográfica ampla, contemplando deslocamentos em âmbito municipal, estadual, interestadual e nacional, de acordo com as necessidades operacionais do Ministério da Saúde;

5.39.2 Natureza variada das cargas, incluindo materiais, equipamentos, insumos estratégicos, e demais bens sob responsabilidade do órgão, podendo envolver cargas fracionadas, completas ou dedicadas;

5.39.3 Criticidade e sensibilidade dos materiais transportados, exigindo cuidados específicos quanto ao acondicionamento, manuseio, segurança e controle de temperatura e prazos rigorosos de entrega;

5.39.4 Demandas programadas e emergenciais, sendo necessário atendimento sob demanda, inclusive em situações de urgência decorrentes de ações de saúde pública, campanhas nacionais, contingências sanitárias ou necessidades operacionais imprevistas;

5.39.5 Flexibilidade operacional, com possibilidade de adequação de rotas, prazos, tipos de veículos e capacidade de carga, conforme ordens de serviço emitidas pela Administração;

5.39.6 Rastreabilidade e controle logístico, permitindo o acompanhamento do transporte, a identificação das cargas e o registro das etapas de coleta, deslocamento e entrega;

5.39.7 Conformidade normativa, observando integralmente a legislação vigente, bem como as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis, expedidas por órgãos reguladores nacionais e internacionais, tais como o Ministério da Saúde, ANVISA, Departamento de Vigilância das Doenças e Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DVCNMN), Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OPS), Organização Mundial da Saúde (OMS), além de outros órgãos e entidades competentes, e em estrita observância às diretrizes, protocolos e normativos internos do Ministério da Saúde.

5.39.8 Continuidade do serviço, de modo a assegurar o fluxo regular, ininterrupto e tempestivo de materiais, insumos, equipamentos e demais bens essenciais ao funcionamento das unidades, serviços e programas de saúde, considerando que qualquer interrupção, atraso ou falha logística pode ocasionar desabastecimento, comprometendo a execução das ações de saúde pública e gerando impactos graves, cumulativos e potencialmente irreversíveis, tais como prejuízos à assistência à população, riscos à segurança sanitária, descontinuidade de políticas públicas estratégicas e danos à saúde coletiva.

Especificação da garantia do serviço

5.4. *O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), será de, no mínimo 6 (seis) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período de vigência no contrato, todavia deverá disponibilizar contato direto com os responsáveis da*

contratada capaz de solucionar quaisquer problemas dentro do horário de expediente, após expediente bem como em finais de semanas e feriados.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1 Será observado o cumprimento do disposto nos itens e subitens deste Termo;

6.16.2 Será observado o cumprimento do disposto no IMR anexo a este Termo; e

6.16.3 Verificação do monitoramento contínuo de temperatura em todas as fases (coleta, trânsito e entrega), mediante análise de registros de data loggers ou sistemas de telemetria em tempo real, respeitando as faixas estabelecidas para carga seca, climatizada ($20\pm5^{\circ}\text{C}$), refrigerada ($5\pm3^{\circ}\text{C}$) e congelada ($-20\pm5^{\circ}\text{C}$);

6.16.4 Conferência da validade das licenças sanitárias (AFE - Autorização de Funcionamento de Empresa) expedidas pela ANVISA, específicas para a atividade de transporte de medicamentos e produtos biológicos;

6.16.5 Fiscalização da presença e atuação do Responsável Técnico (Farmacêutico) da contratada, assegurando a aplicação das Boas Práticas de Transporte (RDC nº 430/2020 e atualizações);

6.16.6 Inspeção periódica das condições de higiene, isolamento térmico e calibração dos instrumentos de medição dos veículos utilizados, garantindo a ausência de contaminantes e a integridade da carga;

6.16.7 Monitoramento do cumprimento das rotas planejadas, com especial atenção aos planos de contingência em caso de avarias no veículo ou desvios de temperatura;

6.16.8 Avaliação da integridade das embalagens e da correta segregação dos produtos no baú de carga, evitando riscos de contaminação cruzada ou danos físicos durante o transporte porta a porta;

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o [Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no documento Anexo a este Termo.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1 Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório, considera-se concluída a etapa mensal do serviço com a entrega do Relatório Mensal de Execução pela Contratada, acompanhado dos Conhecimentos de Transporte Eletrônicos (CT-e) devidamente assinados pelos destinatários e dos respectivos relatórios/registros de monitoramento de temperatura das cargas transportadas no período.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês de prestação dos serviços.

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até

que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de *10 (dez)* dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, cujo marco é a data de atesto do mapa de preços acostado aos autos do processo de contratação.*

7.38. *Após o interregno de um ano, e mediante pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.39. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.40. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.41. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.42. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.43. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.44. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

Cessão de Crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 6% (seis por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência

ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.*

Regime de Execução

9.2. *O regime de execução do objeto será de empreitada por preço UNITÁRIO.*

9.3. *Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:*

9.3.1 *valor global: conforme valor estimado da contratação;*

9.3.2 *custos unitários relevantes: itens 1, 2 e 3 da Planilha de Custo Consolidada de Transporte Rodoviário.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato

social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.**

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1 *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.33. *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, qual seja, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, mediante inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC), em plena validade, nos termos da Lei nº 11.442/2007 e da regulamentação aplicável, como condição para a execução do serviço de transporte rodoviário remunerado de cargas.*

9.33.1 *Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.*

9.34. *Prova de atendimento aos requisitos abaixo:*

9.34.1 Autorização especial, licença e/ou certificado da ANVISA Para transporte de medicamentos, imunobióticos, insumos farmacêuticos e correlatos. Base legal: RDC ANVISA nº 430/2020; AFE e AE conforme RDC nº 301/2019, arts. 2º e 50 da Lei nº 6.360/1976; art. 2º do Decreto nº 8.077/2013

9.34.2 Licença para transporte de produtos controlados Órgão emissor: Exército Brasileiro e/ou Polícia Federal Base legal: Decreto nº 9.493/2018; Lei nº 10.357/2001, art. 4º

9.34.3 Licença ambiental para transporte de produtos perigosos Órgão emissor: IBAMA Base legal: Lei nº 6.938/1981, art. 17, II; IN IBAMA nº 05/2012; Lei Complementar nº 140/2011, art. 7º, XXV combinado com art. 18

9.34.4 Licenças estaduais ou municipais para transporte de produtos perigosos quando exigido pela legislação local. Exemplo: INEA-RJ, CETESB-SP

O licitante deverá comprovar:

9.34.5 A LICITANTE deverá comprovar a existência em seu quadro de funcionário e/ou contratado Motoristas com curso MOPP Base legal: Resolução CONTRAN nº 168/04, art. 15

9.34.6 A licitante deverá comprovar a existência de Responsável Técnico farmacêutico, devidamente inscrito e regular no Conselho Regional de Farmácia (CRF), em conformidade com a Lei nº 3.820/1960 e com a RDC ANVISA nº 430/2020, alterada pela RDC nº 653/2022, que estabelece as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos.

Qualificação Técnico-Operacional

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

9.35.1.2. *As certidões ou atestados devem demonstrar que a licitante executou serviços de transporte rodoviário de cargas, de forma contínua ou não, com abrangência logística nacional (coleta e entrega), envolvendo:*

9.35.1.2.1. *Transporte de produtos de saúde (Vacinas, Biofarmacos, Reativos ou insumos correlatos) em carga seca e, concomitantemente ou não, em carga sujeita a controle de temperatura*

nas faixas climatizada, refrigerada e congelada, de modo a comprovar a capacidade operacional para o pleno atendimento das condições térmicas exigidas no objeto.

9.35.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.35.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.35.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.36. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.37. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.38. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.39. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.40. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.41. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.42. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.43. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.44. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.44.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão

domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.44.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.44.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.44.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.44.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.44.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.44.6.1. ata de fundação;

9.44.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.44.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.44.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.44.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.44.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.44.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. DA DILIGÊNCIA AOS EQUIPAMENTOS E DOCUMENTAÇÃO DA CONTRATADA

10.1. Na fase de julgamento da proposta, o certame será suspenso para que seja realizada uma diligência na qual serão vistoriados o mínimo de 02 (Dois) veículos que serão utilizados para coletas em Bio Manguinhos/FIOCRUZ e suas respectivas qualificações técnicas, licenças de transporte das Agências reguladoras (ANTT, ANVISA e EXERCITO), plano de manutenção, plano de assepsia e de sanitização. Conforme Guia nº 02/2015 – Versão 1 da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

10.2. Prazo e data em que será realizada a diligência às instalações da empresa será marcado pelo Pregoeiro no chat para que seja verificado o atendimento conforme Check-list – Anexo a este Termo.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 27.503.525,01 (vinte e sete milhões, quinhentos e três mil, quinhentos e vinte e cinco reais e um centavo), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

12.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

I) *Gestão/unidade: 254445/25201*

II) *Fonte de recursos: 1001000000*

III) *Programa de trabalho: 10303511747050001/10305512320YE0001*

IV) *Elemento de despesa: 339039*

V) *Plano interno: A1BIO*

12.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

CHECK LIST

DILIGENCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS

Serão avaliados todos os documentos solicitados a saber :

- O licitante deverá apresentar de forma obrigatória o certificado do RNTRC-CRNTTC , de acordo com artigo 11 da ANTT lei N.º 4.799 de julho de 2015.
- O licitante deverá apresentar Autorização Especial, licença e/ou certificado da ANVISA - Agência Nacional de vigilância Sanitária que autorize ao transporte de medicamentos, insumos e correlatos, de acordo com RESOLUÇÃO-RDC Nº 16, de 1º de abril de 2014
- O licitante deverá apresentar a licença especial para transporte de produtos controlados, portaria 344 ANVISA
- O licitante deverá apresentar AFE – Autorização de funcionamento, AE – Autorização Especial conforme Resolução da Diretoria Colegiada -RDC Nº 16, de 1º de abril de 2014, e a autorização de funcionamento para transporte de Insumos Farmacêuticos expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com os art. 02 e 50 da lei n.º 6.360/1976 e art. 02 do Decreto n.º 8.077/2013.
- A licitante deverá ter a certificação e/ou licença da ANVISA – Agência nacional de vigilância sanitária para transporte de materiais biológicos humano. Conforme Resolução – RDC Nº 20, de 10 de Abril de 2014 que dispõe sobre o regulamento de sanitário para o transporte de material biológico humano.
- O licitante deverá apresentar a Licença especial de transporte de produtos expedida pelo DSV, conforme Decreto N.º 50.446 de fevereiro de 2009, para transporte na cidade de São Paulo seja para coleta ou para entrega.
- O licitante deverá apresentar Certificado de autorização da Polícia Federal para transporte de produtos controlados pela mesma, Substâncias psicotrópicas, de acordo com a Lei N.º 10.357/2001, Artigo 4º.
- O licitante deverá apresentar LICENÇA ou certificado de regularidade e/ou autorização ambiental para transporte interestadual de produtos perigosos. Conforme Instrução Normativa (IN) 05/2012, do IBAMA que Instituiu a AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE TRANSPORTE INTERESTADUAL, TERRESTRE E FLUVIAL DE PRODUTOS PERIGOSOS.
- Certificado, licença /e ou Autorização do Exército para transporte de produtos inflamáveis e produtos controlados de acordo com o Decreto N.º 9.493/2018.
- Caminhão baú Isotérmico refrigerado de 3/4 ou 4,5 Metros (Tipo 710 ou semelhante) com plataforma elevatória com capacidade para 2(duas) toneladas ou mais, temperatura mínima de -20°C e máxima de 25°C.
- Caminhão baú Isotérmico refrigerado de 8 metros com plataforma elevatória com capacidade para 2(duas) toneladas ou mais, temperatura mínima de -20°C e máxima de 25°C.

- Qualificações em temperaturas sazonais extremas do ano (verão/inverno) podendo ter sido realizadas entre Dezembro a Março (Verão) e Junho e Setembro (inverno) conforme, Instrução Normativa IN Nº. 47, de 21 de agosto de 2019 e Guia para a qualificação de transporte dos produtos biológicos vigente de 12 de abril de 2017.
- Documentação dos Veículo – licenciamento anual. Onde também será verificado o tempo de vida do veículo, conforme o item do projeto básico.